

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

**INTEGRAÇÃO ENTRE ESCOLA X FAMÍLIA EM COMUNIDADES RURAIS: “uma
reflexão”**

Joana Darc da Silva

**Cajazeiras, PB.
1995**

Joana Darc da Silva

INTEGRAÇÃO ENTRE ESCOLA X FAMÍLIA EM COMUNIDADES
RURAIS: “uma reflexão”

Trabalho apresentado ao Departamento de Educação do Centro de Formação de Professores do V - Campus da Universidade Federal da Paraíba, como exigência para a conclusão do Curso de Pedagogia - Habilitação em Supervisão Escolar.

Orientadora: Marilene Dantas Vigolvino

Cajazeiras, PB.
1995

SUMÁRIO

01. Introdução.....	05
02. Enfocando a Educação Rural e o seu Desenvolvimento .	06
03. Objetivos	14
04. A abordagem metodológica.....	15
04.1. O caminho percorrido.....	15
04.2. Falando sobre a Comunidade do Núcleo I	16
05. Considerações Finais.....	19
06. Referências Bibliográficas.....	21
07. Anexos.....	22

1- INTRODUÇÃO

Esse estudo consta de uma reflexão sobre a integração entre escola x família em comunidades rurais, cujo intento foi envolver pais alunos e comunidades nas atividades escolares.

Nosso interesse em trabalhar com a escola rural, justifica-se por já ter desenvolvido trabalhos nesta área e, sobretudo, porque queremos buscar informações mais substanciais sobre essa questão.

Pretendemos também buscar meios para possibilitar o engajamento dos pais na vida da escola, no sentido de fazer com que eles compreendam o quanto é importante e necessário a sua presença na escola, não só porque eles poderão acompanhar o desenvolvimento do seu filho, como também, porque ao tomarem conhecimento das dificuldades que a escola enfrenta, poderão ajudar na busca de soluções visando a sua melhoria, o que em última instância, estará ajudando a contribuir para uma melhor escola para o seu filho.

2- ENFOCANDO A EDUCAÇÃO RURAL E O SEU DESENVOLVIMENTO

Para que se possa falar sobre os mecanismos ideológicos que atingem a Educação Brasileira, com destaque na Rural, faz-se necessário uma análise panorâmica da zona rural, no seu aspecto sócio-econômico e político.

A presença do capitalismo no campo, tornou-se mais intensa com o processo de “substituição de importações” na década de 1950 tendo como consequência a formação de um parque industrial relativamente sofisticado no Brasil. No decorrer desta operação, a agricultura foi contemplada com ações e subsídios naquilo que efetivamente era consistente para com as demandas daquele modelo de substituição, isto é, apoio as culturas de exportação e a criação de um mercado interno para as mercadorias industriais para a agricultura.

Com isso, a agricultura tornou-se um setor da economia compartimentalizada: subsetor de alimentos, subsetor de exploráveis, e, mais tarde, subsetor de energéticos etc., cada um com uma dinâmica própria.

O processo de desenvolvimento rural passou a ser tema de discussão e análise entre teóricos, especialmente de esquerda, tendo em vista que o referido projeto na prática foi implantado pela burguesia e era comandada pelos países que tinham e têm interesses econômicos no nosso país, a exemplo, de Portugal com a implantação no Nordeste da cana-de-açúcar para exportação e dos Estados Unidos, com a chamada “revolução verde” no eixo sul sudeste, com objetivos de exportar grãos energéticos no caso do trigo, a soja etc.

O resultado dessa “**revolução verde**” foi a implantação no campo, de “**pacotes tecnológicos**”¹, importados totalmente fora da realidade e das condições dos nossos pequenos produtores.

Em decorrência disso começa uma fase na agricultura com o surgimento de uma nova política de modernização, contrapondo a política de reforma agrária. A primeira, visava atender muito mais os interesses dos grandes latifundiários e do complexo industrial-químico-mecânico das multinacionais; enquanto que a segunda, procurava eliminar as profundas disparidades na distribuição dos meios de produção fundamental na agropecuária - a terra - fazendo renascer a esperança nos trabalhadores do campo de conseguir condições dignas de existência ou de sobrevivência.

Esse processo de modernização trouxe várias conseqüências, de modo geral, preocupante para a agricultura dentre as quais, destacamos: a morosidade no processo de reforma agrária; a produção de equipamentos sofisticados e potentes, em contradição com a realidade fundiária/social/cultural. Isto permitiu a concentração cada vez maior da terra nas mãos de grandes proprietários, acarretando a intensificação do êxodo rural. Este fato teve como conseqüência a transformação dos pequenos produtores em trabalhadores rurais (bóia-frias); a utilização de insumos químicos de origem industrial, (causando crescente envenenamento na terra, nas águas e nos trabalhadores por causa do seu uso inadequado), etc...

Contudo e, socialmente falando, este desenvolvimento rural trouxe no seu bojo, conseqüências inesperadas para a classe dominante como: a organização dos trabalhadores rurais em associações comunitárias, sindicatos, cooperativas, ONG's etc., visando a luta por melhores condições de vida e de trabalho, a implantação de uma política agrícola que viesse minimizar seus problemas e garantia da posse da terra. Basta lembrar os movimentos reivindicatórios dos pequenos e médios produtores rurais e dos sem terra que são permanentes no país.

A situação da agricultura paraibana não está isenta deste quadro, uma vez que está inserida nessa política. Todavia, levantaremos algumas questões específicas dessa realidade.

A agricultura paraibana contribuiu fortemente para o expressivo crescimento da economia do Estado, nas décadas de 1950 a 1970 cujo fator preponderante foi o tripé, formado pelas culturas de mercado do algodão, sisal e cana-de-açúcar.

¹ . Conjunto de práticas agrícolas utilizadas em determinadas culturas para a obtenção de bons rendimentos e qualidades dos produtos.

Ao longo desses anos e com o aparecimento de pragas (especialmente o bicudo), as estiagens contínuas, a falta de financiamento agrícola, a questão da concentração fundiária, a descapitalização das propriedades rurais, a exploração irracional dos ecossistemas com degradação do meio ambiente, o sucateamento das instituições públicas, os baixos investimentos em infra-estrutura social de apoio a produção e a baixa qualificação da mão-de-obra pelos demais setores, entre outros, como mostraremos a seguir.

No período de 1984/1994, a produção de algodão sofreu uma redução de 93% basta vermos que em 1984, a Paraíba produziu 1.677.480 toneladas e em 1994, produziu 12.193 toneladas. A cana-de-açúcar teve um índice de redução de 53% passando de 8.951.809 toneladas para 4.222.665 toneladas. O sisal por sua vez, teve um índice de redução de 80% na produção passando de 80.341 toneladas para 17.447 toneladas.

Frente ao quadro deplorável que, aliás não difere dos demais estados brasileiros, faz-se necessário e urgente, a criação de políticas agrícolas que visem garantir principalmente:

1- A segurança alimentar já que a saúde do indivíduo, assim como a sua capacidade de aprendizagem está ligada diretamente a sua alimentação;

2- O retorno rápido do Capital com baixos investimentos per capita, tendo como forte razão para investir na agricultura, a capacidade de resposta relativamente mais rápida desse setor em comparação aos outros setores produtivos;

3- A geração de empregos e renda, pois com a mesma velocidade que promove a evasão da mão-de-obra, a agricultura é capaz de absorver um contingente considerável de força de trabalho, num espaço relativamente curto de tempo.

Adotando essa política, o Estado Brasileiro estará buscando estratégias para o desenvolvimento e a estabilidade em outros setores da economia, desencadeando outras ações, promovendo o surgimento de indústrias, gerando divisas, reduzindo preços etc. Enfim, estabilizando a economia nacional, além de assegurar a melhoria de condições gerais de vida no campo e na cidade, pois incrementando a agricultura, haverá um aumento da produção de alimentos e matérias-primas, desencadeando um processo de geração de empregos e renda no campo e nas cidades desse imenso país.

Nesse sentido, pensamos ser correta a preocupação da Secretaria da Agricultura do Estado da Paraíba, que no ano em curso, está apresentando como um dos programas básicos do Governo a valorização e municipalização da agricultura, criando 121 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Agropecuários, onde numa ação conjunta de lideranças municipais, busca articular órgãos e recursos orçamentários na esfera Municipal, Estadual e Federal.

De maneira geral, os Conselhos constituem-se numa organização autônoma, independente, formada por representantes dos Poderes Públicos Municipais (executivo e legislativo), Cooperativas, Secretaria Municipal de Agricultura, Instituições Públicas e Privadas que atuam no setor agropecuário, além da participação de representantes de Associações Comunitárias, Organizações não Governamentais - ONG's etc.

Em cada município, o Conselho tem a função de elaborar o diagnóstico municipal, priorizar as demandas, elaborar o plano de desenvolvimento agropecuário, além de acompanhar, assessorar e avaliar os serviços prestados à população pelos órgãos e entidades públicas integrantes do setor agropecuário do município.

A referida programação não poderá ser avaliada agora, por se encontrar ainda em fase de implantação, formação e organização.

Feita essas considerações gerais sobre a problemática do campo, enfatizando o setor agrícola, abordaremos a seguir a situação da educação rural sem perder de vista o contexto supracitado.

A difusão da rede escolar primária no Brasil, caracterizou-se, entre outros fatores, pela multiplicação de oportunidades de instruções oferecidas ao povo decorrentes da industrialização, da nacionalização no sul do país e da ampliação de bases eleitorais, através do número de votantes.

Na década de 1920, a educação era vista como um instrumento capaz de conter o êxodo rural e de promover a volta do homem ao campo, surgindo daí, o movimento Ruralismo Pedagógico. Seu objetivo era fazer o homem do campo compreender o sentido da civilização brasileira e reforçar os seus valores afim de prendê-lo à terra. A educação passou a ser vista como instrumento fundamental na busca de uma solução para os problemas nacionais.

Os problemas sociais que nos anos de 1930/1945 eram conseqüências principalmente do crescimento das cidades devido a incapacidade de absorção da mão-de-obra disponíveis pelo mercado de trabalho urbano, gerando desta forma o problema migratório. Frente a esses problemas a estratégia usada pelo governo foi a expansão do ensino rural.

Surge então, entre outros movimentos, em 1932, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que preconizava a criação de Clubes Agrícolas Escolares, visando a tornar a escola primária um forte núcleo de atração ruralista, no sentido de deter e prevenir o surto de migrações.

A Constituição de 1946, além da legislação sobre a Educação Nacional, determina a aplicação da renda oriunda dos impostos na manutenção e desenvolvimento do

ensino, sendo, no mínimo 10% dessa renda aplicada pela União e 20% aplicada pelos Estados, Municípios e Distrito Federal.

Com menor expressão, na década de 1950, às idéias em torno de ruralização primária e da preparação dos professores em Escolas Normais Rurais continuaram exercendo influência até praticamente a década de 1960, principalmente através da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) já orientada para algumas idéias de educação comunitária.

Novamente no período pré-64, tendo em vista o debate sobre a questão agrária, a Educação Rural, passou novamente a merecer a atenção especial com a criação de movimentos de educação não formais, com a criação do Movimento de Educação de Base - MEB, fundado em 1961, e pela CNBB. Na área do Governo Federal, foi criado o Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP) que se dedicava à formação de professores primários em férias.

* Nas últimas décadas, têm-se ao nível da política educacional brasileira a valorização tanto da educação formal quanto a não-formal, segundo o III Plano Setorial de Educação e Desporto (80-85) e outros documentos do MEC.

Na área da educação formal são sublinhadas as questões de adequação do currículo, da melhoria da rede física, a capacidade do docente e ainda, a integração com todas as outras iniciativas da política social e econômica, voltada para o meio rural.

Com relação a educação não-formal, o destaque é para os programas de organização comunitária, sendo bastante enfatizada a participação da comunidade.

Em decorrência desta prioridade, à época, fora implantada nessa região rural uma diversidade de programas tais como: Programa de Desenvolvimento Rural Integrado - PDRI; Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal - PROMUNICÍPIOS; Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais - PRONASEC; Programa de Expansão e Melhoria do Ensino no Meio Rural do Nordeste - EDRURAL; Programa de Desenvolvimento Rural do Nordeste - POLONORDESTE. Mais recentemente têm-se o LOGOS I e II, o Pedagógico Parcelado, além dos programas específicos das Secretarias Municipais.

Todos esses programas e medidas postas em prática pelo Governo em favor da educação rural, especialmente no Nordeste, não teve um alcance geral, devido serem medidas isoladas, fragmentadas e dispersas, produzindo apenas impactos políticos, o que vem acarretar a falta de compromisso com uma política eficiente e eficaz, voltada para as necessidades educacionais do meio rural.

Nesse sentido é importante invocar ARROYO, citada por VIGOLVINO (86) quando avalia que:

“... esses programas estão marcados pela seleção de conteúdos adaptados aos valores e necessidades do homem do campo, as suas condições de vida e de produção bem específica,... a lógica da produtividade, da comercialização, do uso de novas tecnologias ou de integração do camponês no sistema capitalista de exploração da terra... até os ensinamentos rudimentares da leitura, escrita e matemática passam nos programas de educação integrada, a ser orientada no sentido do preparo do aluno “para o melhor desempenho das atividades produtivas”...

É curioso constatar que a maioria dos programas de educação integrada para as classes subalternas do campo e das periferias urbanas, tentam justificar-se no fracasso da educação formal nessas áreas.

...Há equívocos nessa análise. O que nunca existiu não pode ser responsabilizado pelo fracasso. “A escola destinada às camadas subalternas não teve nem existência física, em muitos casos. As condições materiais são precaríssimas, os profissionais desqualificados e mal remunerados, estão a mercê de intrigas políticas. Tudo isso é praticamente esquecido nos programas de educação integrada e se passa a privilegiar a educação de conteúdos sobre o pretexto de que os conteúdos da escola tradicional fracassaram por inadequados. Que conteúdos são esses, quando a escola rural e seu professor, com a 2ª e 4ª séries primárias, mal sabe ler, escrever e contar, e que ainda que mais soubesse, não tinha condições materiais mínimas para o trabalho? É mais barato adaptar currículos do que criar as condições materiais ao direito de todo cidadão a escolarização fundamental. A elaboração de novos currículos que garantam o direito ao saber sistematizado é uma necessidade, porém cairá no vazio, se não se criarem condições de trabalho”. (pp.14 e 17)

É em decorrência de tudo o que foi apresentado que o ensino rural até hoje permanece, quantitativamente e qualitativamente precário, sofrendo problemas de falta de recursos

materiais, a evasão e a frequência irregular dos alunos, turmas multisseriadas, atividades extra docência, currículo e programas inadequados etc., apesar de inúmeros projetos e programas desenvolvidos nesta área.

Entretanto, ao que se sabe, o problema da educação rural é todavia o mais grave, pois são vários os fatores que afetam a população rural, já que esta população, tende a ter um peso político inferior ao exercido pelos centros urbanos, carecendo de força necessária para atrair maiores investimentos, o que em última instância, representa uma outra condição de marginalidade.

Entendemos não ser demais lembrar que a educação rural do município de Sousa-PB, padece dos mesmos problemas levantados acima, e não podia ser diferente, pois abordamos a educação no país. Por isso, enfocaremos a partir de agora algumas questões específicas dessa realidade.

O município de Sousa está localizado na microregião da depressão do Alto Piranha, distante a 420 Km da capital. Suas coordenadas geográficas são: 645'33 latitude sul e 3813'56 latitude oeste. Caracterizando-se como zona semi-árida. Sua população total em 1991, segundo o IBGE, era de 79.133 habitantes, sendo 40.937 de mulheres e 38.196 de homens.

Segundo dados do IBGE em 1991, o município possuía 37.558 pessoas com 5 anos a mais, ou seja dentro da categoria de "alfabetizados". Desse total 27.682 reside na zona urbana e 9.878 na rural. Dos residentes urbanos, 18.804 são analfabetos, enquanto que na área rural o total é de 14.098 analfabetos.

O município possui 127 unidades de ensino, destas 102 funcionam na zona rural, sendo 69 grupos escolares (construído pelo governo municipal em terrenos doados por moradores da comunidade) e 33 escolas isoladas (funciona na casa do professor e/ou em casas desabitadas).

Com relação ao corpo docente, conta o município com 667 professores assim distribuídos: Zona Urbana: 291 e Zona Rural: 376.

Destes, 93 têm curso superior; 241 com 2º Grau incluindo o Pedagógico, Logos II, Científico, Contabilidade etc., e 157 o 1º Grau completo e 176 o 1º Grau incompleto.

Quanto ao corpo docente, foram matriculados no ano em curso, 14.276. Destes 5.678 alunos do pré-escolar a 8ª série do 1º grau, são da zona rural, assim distribuídos:

GRAUS	RURAL	URBANA
Pré-escolar	63	537
Alfabetização	2.174	1.834
1ª Série	1.215	1.056
2ª Série	756	609
3ª Série	486	609
4ª Série	384	391
5ª Série	72	365
6ª Série	41	107
7ª Série	19	105
8ª Série	14	96
Jovens e Adultos	415	486
2º GRAU		
1º Grau	-	167
2º Grau	-	47
3º Grau	-	32
Artes	40	528
Logus II	-	400
Supletivo	-	107
Total	5.678	7.385
Escolas Conveniadas	87	1.126
Total Geral	14.276	

Frente a tudo o que foi exposto, pensamos ser interessante a nossa contribuição no sentido de pensar e articular a integração na escola - família - comunidade.

3- OBJETIVOS:

- Sensibilizar as comunidades escolar e local para uma participação ativa no trabalho da escola entendido como processo educativo.

- Discutir e buscar meios para possibilitar o engajamento dos pais na vida da escola, considerando a importância e a necessidade de um trabalho integrado visando algumas saídas para os possíveis problemas que a escola enfrenta.

4 - A ABORDAGEM METODOLÓGICA

4.1 - O CAMINHO PERCORRIDO

O presente trabalho tem como característica um estudo reflexivo e sistemático sobre o ensino rural objetivando promover o engajamento dos pais numa Escola Estadual de 1º grau Isidro Pacífico de Araújo no município de Sousa, desenvolvido de abril a agosto do ano em curso.

O estudo teve como primacia um levantamento bibliográfico acerca da educação brasileira, com destaque na Rural, sendo utilizado para tal, livros, apostilas periódicas etc. Estes levantamentos nos proporcionou todo o embasamento teórico sobre a problemática em questão, no seu aspecto sócio-econômico e político.

Na busca de maiores informações sobre a educação rural de Cajazeiras, participamos de um Seminário: Debatendo a Educação Rural, nos dias 06 e 07 de abril do ano em curso, na Biblioteca Pública Municipal, promovido por professores do Centro de Formação de Professores-CFP, responsável pelo Curso de Formação e Capacitação de Professores Leigos da Zona Rural deste município, em conjunto com a equipe de Supervisão Pedagógica da Secretaria de Educação do Município.

Após a sistematização desse estudo teórico foi apresentado em sala de aula, no dia 8 de maio, sob forma de um seminário tendo como tema: Enfocando a Educação Rural e o seu Desenvolvimento, onde debatemos todas as questões chaves do tema.

Ainda visando um maior aprofundamento teórico e para subsidiar nossa ação no campo de trabalho, fizemos outras leituras complementares, com vista à elaboração do instrumento metodológico, (tais como: atas de reuniões, questionário, visitas etc.).

A partir daí fomos para a prática do trabalho e ainda no decorrer em maio fizemos o nosso primeiro contato com a comunidade rural. Lá chegando fomos entregamos a nossa proposta de trabalho a diretora e marcamos uma nova visita, onde coletamos alguns dados referentes a escola, abordamos os aspectos físicos/ funcionais e educacionais.

Durante três dias do mês de julho, realizamos visitas domiciliares a todos os pais dos alunos, aplicamos um questionário, cujos resultados nos permitiu traçar o perfil sócio/econômico e cultural dessas famílias. Perfil este que não difere das demais famílias da comunidade. Na oportunidade, mostramos nossa proposta destacando a importância da participação deles tanto para a viabilização do nosso trabalho como para a própria vida da escola.

De volta a escola durante o recesso escolar (de 20.06 à 10.07.95) enviamos cartas-convite aos professores e alunos para uma reunião na escola, realizada dia 07 de julho do corrente ano tendo como pauta: Apresentação e discussão dos problemas enfrentados pela escola, cujo desenrolar está registrado em ata.

Conforme decisão tomada nesta reunião ficou estabelecido uma data para a realização da segunda e última reunião onde foi discutido por prioridade os problemas da escola como resolvê-los, quem resolveria com que recursos etc... Fora indicado com precisão os meios para execução de cada atividade que poderá ser o início e o caminho a ser percorrido por professores, pais e alunos no sentido de uma verdadeira integração.

Por fim pudemos observar durante essa trajetória, que a maioria dos pais são analfabetos, desconhecem o nível de escolarização dos seus filhos e suas condições sócio-econômica são muito baixas, dificultando assim o acompanhamento nas atividades escolares.

4.2 - FALANDO SOBRE A COMUNIDADE DO NÚCLEO I

O Núcleo I de São Gonçalo surgiu da desapropriação de terra feita pelo DNOCS que entregou aos agricultores para dela usufruírem, criando condições mínimas para a fixação das famílias naquele local.

Este Núcleo está localizado a 10 Km de Sousa, tendo o seguinte limite: ao norte Massapé dos Dias, ao sul São Gonçalo, ao leste o Núcleo II, ao oeste a BR 230.

Atualmente o Núcleo I conta com 180 famílias, sendo que 130 são colonos, ou seja, possuem uma casa e um lote de terra, o restante são famílias que não tinham onde morar invadiram as terras do Governo formando assim vilas e favelas que estão localizadas um pouco distante das casas dos colonos, mas que também pertencem ao Núcleo I. A maioria da comunidade mora em casas de tijolos, tem água encanada e banheiro. Os que moram em casas de taipo alguns tem água encanada, os que não tem utilizam-se da água do açude.

No que diz respeito ao tratamento d'água muitos tomam água filtrada, outros possuem potes mas conservam a água usando cloro. O lixo é jogado a céu aberto, vindo a ser queimado posteriormente.

Em se tratando de diversão, a maioria diverte-se assistindo televisão, participando de casamentos, batizados, novenas, festas populares. A maioria não participa de Festa, tendo como diversão o rádio.

A maioria dos colonos desta região é considerada pequenos proprietários, são poucos os grandes proprietários, com uma renda financeira boa. Alguns não possuem terras e vivem como assalariados, diaristas ou meeiros. Ainda criam animais, muitos possuem gado, outros criam galinha, porco, etc.

Com o passar dos tempos nasceu a Cooperativa que teve como nome Cooperativa dos Irrigantes de São Gonçalo onde com esta os colonos faziam empréstimos e podiam pagar com a colheita retirada no final da safra.

Hoje em termos de educação e assistência médica melhorou muito. Antes os colonos não tinham assistência médica nem escolar. Foi implantado para a comunidade 01 (um) posto médico, onde há assistência médica a todos, uma escola estadual que funciona do pré-escolar à 8ª série.

A escola atualmente tem 308 alunos matriculados, distribuídos do pré-escolar a 8ª série, sendo que a maioria dos alunos já estão fora da faixa etária escolar. Funciona em 03 (três) turnos, pela manhã do pré-escolar a 3ª série, à tarde de alfabetização a 4ª série, a noite 5ª a 8ª série. A escola possui 11 (onze) professores, sendo que 7 (sete) são da 1ª fase e 4 (quatro) da 2ª fase, apenas 4 (quatro) professores são formados, 7 (sete) tem o 2º grau completo.

A escola possui 5 (cinco) salas de aula, 1 (um) secretaria, 1 (um) cozinha, 3 (três) banheiros e 1 (um) auditório, tendo como mobiliária escolar: carteiras, quadro de giz, apagador, birô, máquina de escrever e arquivo.

As professoras se reúnem e planejam as atividades da semana tendo o acompanhamento da diretora, pois a escola não tem supervisor. Confecciona materiais, organizam festas, fazem reunião com os pais sobre o andamento do filho na escola, procurando assim de todas as

formas acompanhar o aluno em suas atividades escolares. Quando falta algum material na escola a diretora nas reuniões pede a colaboração dos pais para a compra de um butijão de gás, consertar uma porta, comprar cadeado, etc.

A escola não possui livros atualizados, é adotado apenas um livro que é usado pela Secretaria de Educação e Cultura, A Palavra é Nossa de 5ª a 8ª série (LUFTE) - Os recursos didáticos usados pela professora são: papel, livros, cartilhas, atlas, mapas, texto sobre: AIDS, fome e datas comemorativas. Quando trabalham com textos sentem dificuldade porque a maioria dos alunos não gosta de ler, dificultando assim a interpretação do mesmo. Essa dificuldade abrange também as disciplinas de matemática e história.

Uma outra dificuldade que as professoras encontram é a falta de livros, pois os que chegam a escola são muito pouco, como também os conteúdos são resumidos demais e inadequados a realidade dos alunos dificultando a compreensão dos mesmos. As professoras tentam de todas as formas no planejamento organizar estes conteúdos conforme as séries e modificá-los de acordo com a realidade dos alunos. A avaliação é feita através de provas e trabalhos escritos.

Outros problemas que a escola enfrenta é a evasão escolar, pois a maioria do alunado é carente, muitos abandonam a escola para ajudar o pai na colheita. Os que continuam a frequentar a escola tem pouco tempo para estudar, pois passam a maior parte do tempo na roça, e a noite vai a escola cansado e muitas vezes mal alimentado.

Muitos só vão a escola por causa da merenda e do material escolar que a escola fornece como: lápis, borracha e caderno. Porém, chega em pouca quantidade e não dá para atender a todos.

Apesar das dificuldades o mísero salário, falta de material, e toda a discriminação que existe nunca fizeram greve, pois acham que este não é o melhor meio para mudar o problema que a escola enfrenta.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência ora vivenciada no estágio supervisionado nos possibilitou conhecer de perto os problemas que a escola enfrenta destacando aqui à falta de participação da comunidade no processo educativo.

O tempo concedido para esse trabalho foi restrito, o que nos impediu de ter uma visão mais ampla do nosso objeto de estudo.

Em educação nada é fácil é sempre uma tarefa árdua que requer compromisso e responsabilidade.

Não podemos acreditar na ingenuidade de uma educação redentora da humanidade. Entretanto, cremos que a escola tem um papel fundamental na construção da consciência crítica e na formação do homem onde ele seja capaz de criar e dominar a tecnologia para favorecer a sua melhoria de vida.

Infelizmente, defrontamo-nos com uma escola que não oferece condição para o aluno que na maioria das vezes é trabalhador rural. Ela em alguns casos passa constituir-se instrumento de resistência a formação de sua consciência crítica dos educadores porque sua mensagem não se integra ao esquema e as necessidades vividas por aqueles a quem se destina.

É ingenuidade também pensar que a educação do jeito que aí está, ajuda a manter o colono no campo. O êxodo rural não é estancado pela escolarização. O colono quer uma escola que seja crítica e facilite a formação de seu filho porque ele já não pode dar-lhe o estudo. Por isso por volta dos 14 e 15 anos, o jovem vai para a cidade em busca de trabalho e estudo noturno.

Neste sentido, o fato de termos iniciado uma aproximação entre a escola e os pais foi de grande relevância pelo fato de termos analisado conjuntamente os problemas que a escola enfrenta no seu dia a dia.

Desse modo, aprendi, no desenrolar do estágio que a integração humana conseguida através da reflexão, do questionamento para a busca de soluções para os problemas enfrentados pela escola e pela comunidade foi o maior fator ganho durante a realização dessas atividades.

Por isso esse trabalho foi gratificante, pois além de enriquecer nossos conhecimentos sobre a educação na zona rural buscamos proporcionar meios de forma que pudéssemos alcançar o objetivo proposto, ou seja tentar engajar os pais na vida da escola.

Por fim, pensamos que é necessário implantar escolas alternativas para atender o grande número de crianças que não tem acesso à escola no ensino regular com 10 ou mais anos de idade.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. (org.) Da Escola Carente à Escola Possível, São Paulo: Loyola, 1.986.

CALAZANS, Maria Julieta Costa, **CASTRO**, Luiz Felipe Meira Silva da, Hélio R. S. O PRONASEC e as Ações Sócio-Educativas no Meio Rural: uma análise FORUM EDUCACIONAL, vol. 3 ed, julho/set, Rio de Janeiro, 1.984.

CERIOLI, Paulo. Uma Concepção de Desenvolvimento Rural, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB, São Paulo, nº 1, 1.993.

FIGUEIREDO, Romeu Padilha de. Política Agrícola, Reforma Agrária e Extensão Rural: Proposições à Assembléia Constituinte, EMBRATER, Brasília, 1.987.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
I.B.G.E. Departamento de Geografia - Brasil uma visão geográfica nos anos 80, Rio de Janeiro, 1.988.

VIGOLVINO, Marilene Dantas, Mulher-Professora Leiga: Vida e Trabalho. Rio de Janeiro, 1.989, 285 p, Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC.

WERTHEIN, Jorge (org.) Educacional Rural no Terceiro Mundo: Experiências e novas alternativas. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1.981.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CAMPUS - V - CAJAZEIRAS-PB

ROTEIRO

1. ASPECTOS SÓCIO-EDUCATIVOS

1.1. Recursos Materiais:

- a) Condições físicas da escola;
- b) Mobiliários escolares: carteiras, quadro-de-giz, apagador etc.;
- c) Utensílios para água e merenda escolar: filtros, copos, pratos, talheres, etc.

1.2. Recursos Didáticos:

* Material escolar (professor e aluno): papel, livros, cartilhas, cartaz, cartolina, lápis, caneta, atlas, mapas, etc.

1.3. A Situação de Ensino:

- a) Grau de instrução;
- b) Planejamento das atividades;
- c) Acompanhamento por parte da Secretaria;
- d) Livros adotados (os mais adotados);
- e) Textos mais atualizados;
- f) Dificuldade no uso de material didático;
- g) Dificuldade em trabalhar os conteúdos das disciplinas ensinadas (Português, matemática, história, geografia, ciências, alfabetização e programas de saúde);
- h) O funcionamento da sala multisseriada:
 - * Metodologia utilizada;
 - * Tempo destinado a cada disciplina (igual para todos ou prioriza alguma ou algumas);
 - * Carga horária a ser cumprida;
 - * Faixa etária dos alunos;
 - * Outros.

1.4. Currículos e Programas:

- a) Adequado à realidade do aluno;
- b) Programa oficial;
- c) Organização do conteúdo;
- d) Avaliação.

1.5. Outras Dificuldades:

- * Evasão;
- * Frequência irregular;
- * Repetência;
- * Aprovação x reprovação;
- * Salário.

1.6. Outras Atividades Realizadas no âmbito da Escola:

- * Limpeza e conservação do prédio;
- * Atividades religiosas (catecismo, preparação das crianças para a 1ª comunhão, festas religiosas etc.);
- * Preparo da merenda escolar;
- * Organização de outras festas: (dia das mães, dos pais, são João, datas cívicas etc.).

2. Aspectos Sócio-Cultural e Econômico:

2.1. Condições de vida na comunidade (pais, alunos e professores):

a) Tipos de casas:

- 1. taipa ()
- 2. tijolo ()
- 3. pau-a-pique ()
- 4. outros _____

b) Cobertura da casa:

- 1. telha ()
- 2. palha ()
- 3. outros _____

c) Piso da casa:

1. cimento ()

2. barro ()

3. outros _____

2.2. Formas de lazer:

a) Festas religiosas:

* novena ()

* renovação ()

* casamento ()

* batizado ()

b) Festas Populares:

* São João ()

* São Pedro ()

* Forró ()

c) Outras formas de lazer:

* rádio ()

* televisão ()

* encontros em casas de famílias e amigos ()

* outros _____

2.3. Estrutura e Uso da Terra:

a) Propriedade agrícola

* pequena propriedade familiar

* média propriedade

* grande propriedade

b) Uso da Terra

1- Agricultura

a) Produção de alimentos

b) Algodão

c) outros _____

2- Pecuária

a) bovinos ()

b) caprinos ()

c) suínos ()

d) aviculturas ()

e) outros _____

c) Posse de Terra

1. posseiro

2. meeiro

3. arrendatário

4. trabalhador assalariado

5. diarista

6. empreiteiro

7. outros _____

2.4. Formas de Organização:

Associações ()

Tipo _____

Sindicato ()

Tipo _____

2.5. Condições Ambientais e de Saúde:

a) Fonte de água:

Rio () Riacho ()

Açude () Poço ()

Cacimba () Água encanada ()

Outros _____

b) Tratamento da água:

Pote () fervida ()

cuada () filtrada ()

nenhum ()

outros _____

c) Destino dos Dejetos:

Fossa séptica ()

Enterrada ()

Céu aberto ()

outros _____

d) Destino do lixo:

Enterrado ()

Céu aberto ()

Queimado ()

outros _____

e) Quais os programas de Saúde que a escola ou outro órgão desenvolvem?

f) Existe algum posto de saúde próximo? SIM () NÃO ()

g) Faz uso das plantas medicinais? SIM () NÃO ()

POR QUE?

CARTA CONVITE

As Estagiárias do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, CAMPUS V de Cajazeiras, convidam o Sr. _____ e a Sr.^a _____, para participarem de uma reunião no dia 07 do mês de julho próximo, às 13:00 hs (uma hora da tarde), na Escola Estadual de 1º grau Isídoro Pacífico de Araújo na comunidade do Núcleo I.

A reunião terá como objetivo a apresentação da proposta de estágio: Integração entre Escola x Família em Comunidades Rurais: “uma reflexão”, como também, discutir problemas relacionados com a escola.

Contamos com sua presença e desde já agradecemos sua participação.

Atenciosamente,

Joana Darc da Silva.

ATA DA REUNIÃO

Aos 7 dias de julho de 1.995, às 13:00 hs na Escola Estadual na comunidade do Núcleo I, no município de Sousa-PB, reuniram-se, conforme assinaturas anexas, as professoras, a diretora, os pais de alunos e as estagiárias do Curso de Pedagogia do Campus V, a fim de tratar da: Apresentação, discussão e viabilização da proposta de trabalho intitulada **INTEGRAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA EM COMUNIDADE RURAIS**: “uma reflexão” e como tal buscar os devidos encaminhamentos se for o caso para a execução dessa proposta. Iniciado os trabalhos a diretora da escola cumprimentou à todos os presentes e passou a coordenação da reunião da estagiária Joana Darc da Silva que na oportunidade agradeceu o atendimento dos pais ao convite feito por ela para a reunião. Em seguida foi proposta uma apresentação de cada participante onde cada pessoa apresentava o seu vizinho mostrando assim até que ponto as famílias realmente se conheciam. A coordenadora dos trabalhos aplicou uma dinâmica de grupo que mostrava exatamente a importância da reunião e da integração, sendo bem participativa. Em seguida foi feita a leitura de toda a proposta de estágio, explicando detalhadamente seu objetivo, sua metodologia etc. Discutiu-se a referida proposta a que deveria ser desenvolvida na escola, de forma coletiva, o que foi aceito pelos pais, professores e diretora. Esgotada a discussão inicial da proposta, passou-se a identificação dos problemas enfrentados pela escola quais sejam: a falta de participação dos pais quando convocados a reunião, falta de fardamento escolar para aqueles que não tem condições financeiras, falta aula de religião, falta uma biblioteca escolar; falta de butijão de gás para fazer a merenda. Segundo a diretora, a escola só recebe um butijão de gás para fazer a merenda durante 1 mês. Após o levantamento e discussão de todos esses problemas algumas sugestões foram apresentadas tais como: com relação a faxina da escola ficou acertado que os homens vasculhariam as telhas e as mulheres fariam limpeza do chão, quanto ao butijão de gás para fazer a merenda cada pai se encarregou de contribuir com uma quantia quando faltar o gás. Com relação ao material escolar a diretora comunicou a todos os presentes que recebeu

da Secretaria de Educação: lápis, cadernos e borrachas para distribuir com os alunos. Como se tratava da primeira reunião achei por bem terminar a reunião do dia e marcar a próxima para o dia 13 de julho. Nesta reunião serão apresentados todos os problemas apontados. Terminado os trabalhos foi feito o sorteio de um brinde. Agradecendo a todos os presentes eu Joana Darc da Silva, levarei a presente ata depois de lida, e aprovada será assinada por todos os participantes.

Sousa-PB, 07 de julho de 1.995

- Zilda Rodrigues de Freitas.
1. Francisca Paz Pereira.
3. Luzia Aucimar da Silva
- 1 - Luiz Miguel da Silva
1. Socilite Duarte de Sousa Marques
2. H. S. Sarmiento comilo
- Evencio dos de Araujo
3. Maria de Fatima Lopes
3. Maria do Socorro Sarmiento.
0. Maria Neres Braga
1. José Neto Paz
2. Rosilene Moraes da Silva
3. ~~1. Duarte~~
14. Damiana Maria da Conceição
15. Raimunda Duarte da Silva (Professora)
16. Francisca Pacifico de Araujo. (Diretora).

ATA DA REUNIÃO

Aos 13 dias do mês de julho do ano de 1.995 às 14:00 hs, na Escola Estadual do Núcleo I no município de Sousa-PB, foi realizada mais uma reunião de pais, mestres, diretora e uma estagiária do curso de Pedagogia do Campus V, UFPB, tendo como pauta: priorizar os problemas enfrentados pela escola identificados na reunião anterior visando encontrar alternativas para as possíveis soluções destes problemas. Os trabalhos do dia foram abertos pela diretora que após os cumprimentos iniciais passou a coordenação para a estagiária Joana Darc da Silva. Esta após agradecer a presença de todos, aplicou uma dinâmica de grupo intitulada "caixa de surpresas" com a finalidade de descontrair o ambiente, depois foi lida, aprovada e assinada a ata da reunião anterior. Foi listado no quadro de giz por ordem de prioridade todos os problemas detectados anteriormente, inclusive apontando com quem e com quais recursos tentaríamos resolvê-los ficando assim determinado: para a falta de integração dos pais na vida da escola, eles se comprometeram em participar mais das reuniões sempre que convocados; quanto ao fardamento escolar ficou estabelecido que quem não puder comprar a farda será dispensado; com relação a falta do butijão de gás para fazer a merenda, ficou decidido que cada pai contribuiria com uma pequena quantia quantas vezes fosse necessário; com relação a biblioteca escolar ficou decidido que cada pessoa se encarregaria de adquirir livros para a escola, pedindo as pessoas que têm livros em casa e não utilizam deles; quanto a aula de religião ficou decidido que cada professor terá que dar uma aula de religião por semana a seus alunos; a faxina da escola foi feita por dois senhores que vasculharam o teto e as mulheres fizeram a limpeza do piso; para a falta de espaço físico da escola não ficou decidida, pois, os mesmos não se dispuseram em ajudar alegando que esse problema já foi várias vezes solicitado pela comunidade e não foram atendidos. Esgotado toda a discussão do dia, ficou dado os devidos encaminhamentos para a resolução dessas atividades, pesamos que isso será o

ponto de partida para a integração por nós desejada. Com isso foi encerrada a reunião do dia e para constar, eu Joana Darc da Silva levarei a presente ata a qual foi lida, aprovada e assinada pelos presentes, conforme a relação em anexo.

José nets Paz.
Luiz Miguel da Silva
Zilda Rodrigues de Freitas
Jusé Mariano
Francisca Paz Pereira
Marta Maria Batista
Elio Sarmiento Carmelo
Vanderlúcia das Pedras
Residene Moraes da Silva
Maria de Fátima Lopes
Geralda de Sousa Mela
Yosifa Cardoso da Silva
Maria Nêtes Cruz
Luzia Saulimar da Silva
Domiana Maria da Conceição
Luane Dias de Araújo
Mauris do Socorro Soares Sarmiento.
Raimunda Duarte da Silva (Professora)

Francisca Pacífico de Araújo (Diretora)